



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO

ASSUNTO: DECISÃO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017.

Vem à deliberação superior, devidamente informado, os autos do processo licitatório em referência, com o **recurso administrativo** interposto **tempestivamente** pela empresa recorrente **VALENÇA MOVEIS FABRICAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - EPP**, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento do certame licitatório.

Notou-se que depois da r. decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento da licitação em referência, na qual foi declarada vencedora as empresas licitantes: **NATALI BRINK BRINQUEDOS LTDA ME**, nos **itens: 05 e 16**; **T. GUIMARAES - INFORMATICA - ME**, nos **itens: 06, 08, 10 e 18**; **ANA JULIA SCAGGION - ME**, nos **itens: 04 e 15**; **CPS MOBILIARIO E EQUIPAMENTOS EIRELI - ME**, nos **itens: 01, 02, 03, 11, 12, 13, 14 e 20**, manifestou-se o representante presente da empresa licitante **VALENÇA MOVEIS FABRICAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - EPP**, sua intenção de apresentar **recurso**, abrindo-se então o **prazo de 3 (três) dias** para apresentação de suas razões recursais, bem como, ficando as demais licitantes intimadas para apresentarem as contra-razões, em igual número de dias, a contar do término do prazo do recorrente.

Dentro do prazo estabelecido, verificou-se a insurgência do **recurso administrativo** interposto pela empresa recorrente: **VALENÇA MOVEIS FABRICAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - EPP**, devidamente protocolado sob nº **7211/2016**, às **11h:37m:52s**, do dia **30/05/2017**. Por outro lado, as demais licitantes regularmente intimadas, não se manifestaram.

Refletindo sobre o embasamento legal da r. decisão recorrida, em relação aos critérios e requisitos estabelecidos no **Edital nº 33/2017** da licitação modalidade **Pregão Presencial nº 28/2017** e nas razões de recurso apresentadas pela empresa recorrente, bem como, amparado no **parecer** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, a qual assim se manifestou:

I – DOS FATOS

1. Trata o presente de consulta elaborada pelo senhor Presidente da Comissão de Licitação, onde o mesmo requer a elaboração de parecer jurídico relativo ao provimento ou não do Recurso Administrativo, apresentada pela empresa **VALENÇA MOVEIS FABRICAÇÃO E COMERCIO LTDA - EPP**, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro, no tocante a desclassificação da proposta da empresa recorrente, pois a mesma encontrava-se em desacordo com o 5.1.2.4 do edital da licitação modalidade Pregão Presencial n. 28/2017.

2. Passo a opinar.

II – DO PARECER

3. A empresa protocolou o presente recurso administrativo, tempestivamente, solicitando que seja anulada o pregão n. 28/2017. Alegando, em síntese, que a empresa apresentou sua proposta conforme a "Resposta Eletrônica" que consta no site da Prefeitura Municipal de Bebedouro, e que, em tal formulário não consta a opção "modelo".

4. No presente caso, o Pregoeiro desclassificou a empresa recorrente com seu brilhantismo habitual, não assistindo razão a recorrente em suas alegações, vejamos:

O edital exige o seguinte:

5.1.2.4 – identificação completa do equipamento, constando inclusive a marca, modelo e, ou anexo de catálogo técnico ilustrativo; (grifo nosso)

O processo administrativo licitatório é regido pela Lei 8.666/93, que prevê em seu artigo 3º:

Art. 3 – A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes aos correlatos. (grifo nosso)

5. Como todo ato administrativo, a licitação é um procedimento formal. A formalização obrigatória eleva

"Deus Seja Louvado"



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO GABINETE DO PREFEITO

a licitação ao patamar de processo administrativo. A lei de licitações conferiu ao edital de um procedimento licitatório o status de lei. Sendo assim, o edital de licitação tem força de lei e vincula os atos e contratos, devendo o mesmo ser respeitado.

6. Portanto, no instante em que a Administração exigiu no edital que as empresas licitantes apresentassem o modelo e ou anexassem o catálogo técnico ilustrativo do produto, este item deveria ser cumprido pela empresa recorrente. Se a mesma, acreditou não ser possível inserir o modelo no programa "Resposta Eletrônica" deveria tê-lo feito em um documento a parte ou se valer da opção dada pelo edital e anexar o catálogo técnico ilustrativo do produto, o que não poderia fazer e não cumprir tal exigência. Pois, como todo ato administrativo, a licitação é um procedimento formal. A formalização obrigatória eleva a licitação ao patamar de processo administrativo. A lei de licitações conferiu ao edital de um procedimento licitatório o status de lei. Sendo assim, o edital de licitação tem força de lei e vincula os atos e contratos, devendo o mesmo ser respeitado.

7. Sob este contexto, afirma-se que a Administração Pública, deve tratar todas as pessoas sujeitas as suas jurisdições com igualdade. Isto é, sempre que a Administração pretender praticar ato que gere benefício a alguém, todos os interessados no referido benefício devem e têm o direito de ser tratados com igualdade por ele. Seguindo esta linha de raciocínio, a licitação decorre do direito das pessoas de serem tratadas com igualdade pela Administração. Por conseguinte, para tratar todos com igualdade, a Administração deve realizar procedimento que seja equânime, transparente, dando oportunidade para que todos os interessados disputem o contrato que ela irá firmar da mesma maneira. No caso em tela, os demais licitantes apresentaram o modelo em documento a parte ou anexaram o catálogo técnico ilustrativo, cumprido a exigência do edital, sendo assim, não seria isonômico que a empresa recorrente se classificasse sem apresentar o documento de nenhuma forma.

8. A igualdade entre os licitantes, princípio que impede a discriminação entre os participantes do certame ainda é o epicentro da licitação. Seu não atendimento constitui a forma mais insidiosa de desvio de poder, importando, inclusive, ato de improbidade administrativa. Extraordinariamente, a igualdade é um dos baluartes do ordenamento jurídico nacional, tendo sido encartada no altiplano dos direitos fundamentais prestigiados na Constituição Federal, mais precisamente no *caput* do art. 5º, por meio do princípio da isonomia.

9. Só a título de argumentação e esclarecimento o programa "Resposta Eletrônica" é um modelo único para todos os editais, portanto não estão inseridas no mesmo as especificações que cada edital necessita, por este motivo no edital havia a opção da anexação do catálogo ou, por conseguinte a empresa apresentar um documento com o modelo do produto.

III – DA CONCLUSÃO

10. Por todo o exposto, com relação à solicitação acima, **OPINO** pelo **improvemento** do Recurso Administrativo.

Submetida à minha superior análise para final decisão, **DECIDO** no aspecto estritamente legal e sob a ótica do posicionamento estabelecido no Edital, bem como, amparo no parecer emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, pelo conhecimento do **recurso administrativo** interposto, e pelo **improvemento** do mesmo, tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie, mantendo-se a r. decisão recorrida que outrora a vista das habilitações, declarou vencedoras as empresas licitantes: **NATALI BRINK BRINQUEDOS LTDA ME**, nos itens: **05 e 16**; **T. GUIMARAES - INFORMATICA - ME**, nos itens: **06, 08, 10 e 18**; **ANA JULIA SCAGGION - ME**, nos itens: **04 e 15**; **CPS MOBILIARIO E EQUIPAMENTOS EIRELI - ME**, nos itens: **01, 02, 03, 11, 12, 13, 14 e 20**.

Diante do exposto, ordeno a publicação dessa decisão na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial: www.bebedouro.sp.gov.br, para a devida ciência de todos os participantes, em atendimento ao **item 14.3 do Edital nº 33/2017** da presente licitação.

Por fim, em atendimento ao **parágrafo 5º, do artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações, coloque-se os autos do processo licitatório com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura, situado à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Bebedouro/SP., 06 de junho de 2017.

FERNANDO GALVÃO MOURA
PREFEITO MUNICIPAL